

A LEITURA ALÉM DO TEXTO: AS PRÁTICAS DE LEITURA COMO MARCAS DE DISTINÇÃO SOCIAL

João Rodolfo Munhoz Ohara (História, UEL)

André Luiz Joanilho

Palavras-chave: práticas de leitura; distinção social; construção de identidade.

A leitura torna-se, cada vez mais, um campo de distinção social. Com o crescimento das taxas de alfabetização e o aumento do acesso à informação escrita nas últimas décadas, elevou-se também o número de receptores de tais informações; observa-se, entretanto, uma espécie de paradoxo: na mesma medida em que o acesso aos meios de comunicação escritos se torna gradualmente mais difundido, haja vista, por exemplo, as recentes pesquisas sobre o analfabetismo e escolaridade no Brasil¹, fala-se muito, dentro do ambiente escolar e acadêmico, sobre uma crise da leitura². É sobre tal cenário que deve se estabelecer um duplo questionamento: o primeiro diz respeito às práticas de leitura contemporâneas, muito ligadas aos meios digitais e aos textos desconsiderados pela academia; o segundo, às relações de poder simbólico que se apresentam na legitimação ou na desqualificação de determinadas práticas de leitura.

A disseminação de novas formas de comunicação escrita traz consigo o surgimento de novas comunidades de interpretação; mais que isto, essas novas formas e comunidades – as novas práticas – marcam a construção de novos grupos, com suas próprias conexões e apropriações identitárias que, como qualquer grupo recém-estabelecido, buscam sua afirmação em relação às práticas já estabelecidas. Este processo se coloca no centro de um jogo de poder entre aqueles que detêm a capacidade de designar a legitimidade de práticas e objetos, e os novos grupos que procuram se consolidar. Ainda assim, a marginalização das novas práticas não as torna menos reais; pode-se transferir para este campo simbólico a reflexão de Michel de Certeau a respeito de grupos sociais franceses de fins da década de 60 e começo da década de 70:

O desígnio que um grupo elabora traduz-se imediatamente por uma constelação de referências. Elas podem existir apenas para ele, não ser reconhecidas exteriormente. Nem por isso são menos reais e indispensáveis para que haja

comunicação. (...) Uma linguagem, uma vez falada (...), implica pontos de referência, fontes, uma história, uma iconografia, em suma uma articulação de “autoridades”. (...) (CERTEAU, 2003, p. 34)

Em outras palavras, o que de Certeau nos coloca é que devemos lembrar que as práticas marginais não deixam de existir por seu “não-reconhecimento” de acordo com os preceitos dos grupos que podem designar – ou negar – a legitimidade de certas práticas. Quando falamos sobre o campo da leitura, nosso objeto, isso significa, por exemplo, que os textos digitais e os mangás – os quadrinhos japoneses – não perdem leitores, tampouco deixam de existir, simplesmente por não serem acolhidos no seio das práticas acadêmicas, e, ainda, que o público não se considera “alienado” ou “ignorante” pelo mesmo motivo. Assim, partindo dessa breve introdução, esperamos direcionar nossa análise para os dois questionamentos explicitados no início do trabalho.

Pierre Bourdieu nos fornece uma base interessante para iniciar nossos estudos ao definir seu conceito de espaço social:

Pode-se (...) representar o mundo social em forma de um espaço (...) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço. (...) Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como um campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às *interações* diretas entre os agentes. (BOURDIEU, 2000, p. 133-134, grifo do autor)

Assim, ao aplicarmos tal formulação à estrutura intelectual relativa ao simples ato de ler, podemos definir alguns detalhes pertinentes: a leitura, como prática geradora de sociabilidades, também se constitui como um espaço social, seguindo quase os mesmos moldes do que Bourdieu explicitou, estando, portanto, sujeita às relações de força internas ao seu âmbito particular. Ao considerarmos, entretanto, as obras de Michel de Certeau e, mais especificamente, Roger Chartier, a “irredutibilidade” das normas estabelecidas se curva às questões das “(...) ‘formas’ que *pretendem* impor

maneiras de ler; (...) [dos] espaços próprios da leitura jamais redutíveis ao que é lido; (...) [e das] apropriações mal-governadas, *contra-sensos* (...)” (CARVALHO, 2005, p. 162, grifo nosso). Essa maneira “híbrida” de definir o campo da leitura nos permite questionar justamente a forma como a legitimidade de novas práticas é negada pela academia – auto-intitulada a portadora da capacidade de definir o bom e o ruim – e como, ainda assim, essas práticas possuem larga aceitação popular, acabando por constituir verdadeiramente novas *comunidades de leitura*. Este termo, a propósito, merece uma maior reflexão: Roger Chartier, ao descrever sua noção de “apropriação”, no sentido da aplicabilidade para a história cultural, propõe “(...) uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. (...)” (CHARTIER, 1990, p. 26). Destarte, as *comunidades de leitura* estariam inscritas neste projeto intelectual, de uma “história cultural do social” – termo do próprio historiador francês –, de uma articulação entre as noções de representação, prática e apropriação; projeto este que aqui aplicamos à leitura no Brasil dos anos 90 do século XX.

Como bem notou Chartier, “(...) a noção de que as divisões sociais prévias, como as categorias socioprofissionais, precedem ou até determinam a apropriação dos bens culturais (...) [se torna] muito redutora (...)” (CARVALHO, 2005, p. 147) quando consideramos que determinadas práticas culturais atravessam as barreiras quase estanques das classes sociais³. Portanto, para estabelecer suas análises, Chartier compreende que a história deveria se dirigir “(...) às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo. (...) Daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação” (CHARTIER, 1990, p. 28-29), de forma a se reconhecer as “especificidades do espaço próprio das práticas culturais, que não é de forma nenhuma passível de ser sobreposto ao espaço das hierarquias e divisões sociais” (CHARTIER, 1990, p. 29). Ao mudarmos, desta forma, nosso foco da produção para o consumo, da *pretensão de impor um sentido à construção social ou individual do sentido*, podemos nos recordar também de Michel de Certeau, quando este posiciona sua reflexão:

(...) Em lugar de um nomadismo ter-se-ia então uma “redução” e um estacionamento: o consumo, organizado por um mapeamento expansionista, assumiria a figura de uma atividade de arrebanhamento, progressivamente

imobilizada e “tratada” graças à crescente mobilidade dos conquistadores do espaço que são os meios de massa. Fixação dos consumidores e circulação dos meios. Às massas só restaria a liberdade de pastar a ração de simulacros que o sistema distribui a cada um/a. Eis precisamente a idéia contra a qual me levanto: não se pode admitir tal representação dos consumidores. (CERTEAU, 1994, p. 260).

Mais do que admitir o papel criativo do consumo, isso tudo significa uma reavaliação dos próprios pressupostos da escrita da história. Seguindo Certeau, o que se pretende é justamente romper com o postulado clássico da história social que coloca a imposição do sentido e o poder ideológico quase como verdades axiomáticas no tocante à leitura, consagrando aos autores a onipotência sobre todo o processo do ler e do escrever. Esse poder absoluto é fruto, também, das relações de força estabelecidas no campo intelectual, conforme as disposições já citadas: sendo um lugar de disputas, a leitura se vê dominada pela academia, auto-declarada a detentora da capacidade de legitimar ou desqualificar obras e práticas – e seus respectivos leitores ou praticantes. Certeau explicita essa relação de poder quando diz:

(...) Essa ficção do “tesouro” escondido na obra, cofre-forte do sentido, não tem evidentemente como base a produtividade do leitor, mas a *instituição social* que sobredetermina a sua relação com o texto. A leitura fica de certo modo obliterada por uma relação de forças (entre mestres e alunos, ou entre produtores e consumidores), das quais ela se torna o instrumento. A utilização do livro por pessoas privilegiadas o estabelece como um segredo do qual somente eles são os “verdadeiros” intérpretes. Levanta entre o texto e seus leitores uma fronteira que para ultrapassar somente eles entregam os passaportes, transformando a sua leitura (legítima, ela *também*) em uma “literalidade” ortodoxa que reduz as outras leituras (também legítimas) a ser apenas heréticas (não “conformes” ao sentido do texto) ou destituídas de sentido (entregues ao ouvido). (...) (CERTEAU, 1994, p. 266-267, grifo do autor)

Assim, retomando nosso objeto, podemos compreender como se dá a tensão entre o reconhecimento – ou o não-reconhecimento – pela academia e a continuidade das práticas independentemente dessa aprovação. Como bem nos lembra Certeau, “toda autoridade repousa sobre uma *adesão*. (...) Somente um acordo espiritual, enfim, confere *legitimidade* ao exercício de um poder (...)” (CERTEAU, 2003, p. 37, grifo

nosso). Desta forma, a autoridade em si *pretende* ser universal, e, portanto, produzir discursos absolutos. No entanto, nem sempre há o consenso a respeito da representação do poder, e, portanto, nem sempre essa pretensa universalidade é alcançada. O campo da leitura não foge a tal afirmação: os debates e as críticas tecidas no meio intelectual a respeito de determinadas práticas ou objetos nem sempre chegam ao conhecimento das pessoas que participam destas, e mesmo quando chegam, muitas vezes são ignorados ou desconsiderados. O próprio estabelecimento de uma comunidade de leitura aquém das práticas “ortodoxas”, por um lado, já pressupõe a construção de novos referenciais, para usar os termos de Certeau, e, portanto, de novas autoridades, gerando um novo espaço social, onde uma autoridade “local” é quem designa, dentro dos objetos característicos do grupo, a legitimidade de leituras e práticas. Por outro lado, uma nova autoridade também gera uma nova abertura para o surgimento de novos referenciais, como que em um ciclo.

Considerando, portanto, essa reflexão sobre a leitura como consumo criativo, se retornarmos ao campo da produção cultural, veremos que a própria autoridade da academia não surge antes de um processo de autonomização em relação às outras práticas concorrentes na luta pelas representações. Bourdieu vem nos esclarecer este processo ao tratar do campo erudito, o espaço social onde se constrói a distinção entre os produtos legítimos e os da indústria cultural e onde se reproduz o discurso depreciativo do que cai em “gosto popular”. O sociólogo francês nos lembra:

(...) ao contrário do sistema da indústria cultural que obedece à lei da concorrência para a conquista do maior mercado possível, o campo da produção erudita tende a produzir ele mesmo suas normas de produção e os critérios de avaliação de seus produtos, e obedece à lei fundamental da concorrência pelo reconhecimento propriamente cultural concedido pelo grupo de pares que são, ao mesmo tempo, clientes privilegiados e concorrentes. (...) (BOURDIEU, 2007, p. 105)

Destarte, como as obras eruditas passam a se desligar de determinações exteriores ao círculo intelectual, a função de crítica fica circunscrita aos próprios intelectuais. O sistema assim constituído, prossegue Bourdieu, passa a designar uma série de “códigos” específicos que só contribuem para um maior distanciamento do público geral⁴, até o ponto onde a obra “(...) só adquire sentido e só tem interesse para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada (...)” (BOURDIEU, 2008, p.

10). Ainda mais: a tendência de excluir e afastar-se do “povo” chega ao ápice quando lemos, em meio a um ensaio filosófico, que

Durante um século e meio, o ‘povo’, a massa pretendeu ser toda a sociedade. A música de Stravinsky ou o drama de Pirandello têm o poder sociológico de obrigá-lo a aperceber-se tal como ele é, como ‘simples povo’, mero ingrediente entre outros da estrutura social, inerte matéria do processo histórico, fator secundário do cosmo espiritual. (...) (ORTEGA Y GASSET apud BOURDIEU, 2008, p. 34)

Da mesma forma como a intelectualidade cria suas marcas distintivas, elaborando uma constelação de referenciais que não são – nem podem ser – compartilhados com o “povo”, os produtos da indústria cultural – tratados pelos intelectuais com “certa suspeita” e desconsiderados como “medida de reconhecimento” no círculo erudito⁵ – são tomados como referenciais pelas novas *comunidades de leitura*. Embora, como lembrou Bourdieu, o referencial aqui seja o da concorrência comercial, vários grupos de leitores “excluídos” do campo intelectual acabam por se constituir enquanto criadores de novos códigos, distintivos em relação à intelectualidade e mesmo a outras *comunidades de leitura*⁶, constituindo, conforme já dissemos, novas autoridades nas quais repousa a capacidade de designar a legitimidade de obras e práticas compartilhadas pelo grupo.

Após esta breve introdução teórica, pautada especificamente sobre os dois questionamentos levantados ao início do texto, se faz necessária a aplicação prática da discussão elaborada. Ao levarmos o diálogo entre Certeau, Bourdieu e Chartier a dois grupos específicos – os leitores de mangás e os leitores de textos digitais – podemos ver que, através de suas práticas culturais, é possível explicitar e compreender várias representações muito presentes nos próprios grupos e na sociedade do período e espaço que pretendemos analisar: o Brasil dos anos 90 até os três primeiros anos do século XXI.

A área da comunicação social se adiantou nas pesquisas sobre os quadrinhos, e os mangás acabaram por vir logo atrás. Vários trabalhos – acadêmicos ou não – sobre o assunto foram veiculados desde meados da década de 90⁷. No entanto, o que sempre se observa é uma preocupação superficial com questões do campo da produção – aspectos técnicos do mangá enquanto modalidade artística, por exemplo – e muito pouco, ou nada, sobre as práticas de leitura que o cercam. Destarte, não nos propomos a tratar dos

méritos artísticos do mangá, tampouco de “curiosidades” a respeito do assunto; nosso objetivo é compreender a maneira pela qual leitores de mangá comungam de práticas que atravessam as barreiras estanques das divisões sociais em classes ou grupos cujo referencial de classificação seja econômico ou educacional.

Da mesma forma, o material sobre a leitura digital é escasso, embora já esteja disponível em número bem mais significativo do que sobre os quadrinhos. O *boom* tecnológico provavelmente colaborou muito para que as pesquisas voltassem os olhos para os leitores à frente das telas de computadores cada vez mais modernos⁸. Ainda assim não é muito difícil encontrar acadêmicos receosos de um “empobrecimento” da leitura, assim como de uma “deturpação” da língua. Fique claro que nosso intuito é, como com o público do mangá, analisar as práticas culturais compartilhadas pelo conjunto de pessoas que lêem em frente à tela, no sentido de buscar os agrupamentos identitários que se constituem pela aproximação de pessoas cujos interesses e formas de ler são semelhantes, e não estabelecer qualquer tipo de julgamento sobre a validade dos meios de difusão da escrita ou conclusões de cunho “estético”, artístico dos objetos.

Assim, mais do que analisar o âmbito da produção dos mangás e dos textos digitais, no sentido de buscar uma espécie de “reversão” do quadro de legitimidade científica dos objetos, nosso propósito se constitui na análise das próprias práticas culturais ligadas a eles, compartilhadas por grupos – as *comunidades de leitura* – cujas semelhanças trespassam as fronteiras sócio-econômicas e estabelecem a construção de novos círculos dentro do campo da leitura. É para tanto que devemos nos preocupar com o diálogo teórico entre Bourdieu, Certeau e Chartier: em nossa compreensão, as comunidades de leitores recriam em si a estrutura de luta pelo monopólio da significação legítima, em meio a um processo de distinção social e estruturação de uma identidade; destarte, ao constituírem seu próprio conjunto de referências e autoridades, sua própria “constelação” de representações sociais e práticas culturais, tais grupos encerram em si a mesma abertura a uma revolta simbólica encontrada no seio da produção cultural erudita, ou seja, a possibilidade de surgimento de novos grupos contestatórios do monopólio da capacidade de legitimação e reconhecimento cultural.

¹ Cf. Resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, relativos à taxa de analfabetismo e de escolarização, disponíveis no site do IBGE

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/tabsintese.shtm>>.

² Cf. CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 24-27.

³ Cf. Idem. Introdução – Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990. p. 13-28.

⁴ Cf. BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 106-107.

⁵ Cf. Idem, *ibid.* loc. cit.

⁶ Gostaríamos de citar alguns exemplos bastante recentes como os leitores de mangás e os utilizadores de meios digitais de leitura. Os primeiros, ao se apropriarem de produtos da *cultura pop* japonesa, eventualmente acabam por incorporar traços que vão desde expressões verbais em japonês até a difusão da prática do *cosplay* (um hobby ligado ao uso de roupas iguais às de personagens de histórias ou jogos). Os segundos fazem uso, por exemplo, do computador para a leitura de portais de notícias, capazes de fornecer notícias mais rapidamente que o jornal impresso, saciando uma espécie de “curiosidade imediatista” do público.

⁷ Para usar exemplos bastante recentes, citamos aqui a revista virtual “História: imagem e narrativas”, que recentemente lançou um número cujo tema principal trata dos quadrinhos – incluindo um artigo sobre um shoujo, mangá dirigido ao público feminino.

Cf. HISTÓRIA: IMAGEM E NARRATIVAS. Rio de Janeiro, n. 5, set. 2007. Disponível em:

<<http://www.historiaimagem.com.br/edicao5setembro2007/edicao5.php>>. Acesso em: 10 ago. 2008.

⁸ Sobre os meios digitais de leitura, ainda citando a revista “História: imagem e narrativas”, podemos ler o artigo sobre o impacto da internet nas pesquisas em história medieval no Brasil; na revista “Educação & Sociedade”, há também um artigo que reflete sobre as especificidades dos meios de comunicação – o papel e a tela – no processo de letramento; o próprio Roger Chartier reflete sobre a questão das práticas de leitura e os meios de difusão da informação escrita em vários textos.

Cf. (1) SILVA, L. R. e SILVA, A. C. L. F. Os Estudos Medievais no Brasil e a Internet: uma análise do uso dos recursos virtuais na produção medievalista (1995 a 2006). *História: Imagem e Narrativas*. Rio de Janeiro, n. 4, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br/edicao4abril2007/medievinternet.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2008; (2) SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação & Sociedade*, dez. 2002, v. 23, n. 81, p. 143-160. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>>.

Acesso em: 10 ago. 2008; (3) CHARTIER, R. Do códex à tela: as trajetórias do escrito. In: _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília, DF: UnB, 1994; (4)

CHARTIER, R. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. A Economia das Trocas Simbólicas. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. Diálogos, Maringá, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CERTEAU, Michel de. A Cultura no Plural. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2003.

_____. A Invenção do Cotidiano. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. Cultura Escrita, Literatura e História. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Lisboa: DIFEL, 1990.